

Educação

O trabalho publicado neste Caderno Temático pretende ser uma contribuição para discutir a situação do ensino superior no Brasil, particularmente no Estado de São Paulo. É uma tentativa de identificar problemas decorrentes da política de educação que prevalece hoje e sugerir alguns caminhos para corrigi-los no decorrer das próximas décadas.

O desafio do ensino superior no século 21

HERMANO TAVARES
E IVAN CHAMBOULEYRON

O Brasil possui diferenças sociais marcantes em termos de riqueza e bem-estar, conseqüência de uma das piores distribuições de renda do planeta. Em algumas regiões as desigualdades sociais caracterizam um verdadeiro *apartheid*. A educação é um ingrediente fundamental para enfrentar esse problema, auxiliando na criação de uma nova estrutura social, com melhores oportunidades para o desenvolvimento pessoal de todos os brasileiros.

Iniciemos com uma consideração sobre o ensino fundamental: a matrícula de crianças nesse nível de ensino é de quase 100% no Brasil, como de resto em todos os países da América do Sul. Ainda existem problemas de ineficiência interna em algumas regiões, mas há claras indicações de aprimoramento desse quadro. As razões para incluir este comentário sobre o *status* do ensino fundamental no país resultam da nossa crença em que a educação terciária tem que ser considerada na estrutura do sistema educacional geral.

Mostraremos neste suplemento dados sobre os ensinos médio e superior no Brasil e em outros países, alguns no mesmo nível sócio-econômico, outros mais desenvolvidos. A análise das informações permitirá extrair algumas conclusões sobre os principais desafios a serem enfrentados na área de educação e, particularmente, sobre as mudanças estruturais pelas quais o ensino superior no Brasil deve passar para alcançar um nível similar ao existente não somente em países do primeiro mundo, mas também da América Latina.



Hermano Tavares é reitor da Unicamp



Ivan Chambouleyron é pró-reitor de Pesquisa

O que é país rico

O ensino médio tem uma importante relação com a qualificação da força de trabalho. Para uma grande parte da população, ele fornece um treinamento profissional para a busca de melhores oportunidades. Essencialmente, há duas formas de se produzir riqueza. A primeira é a venda direta de recursos naturais renováveis e não renováveis. A segunda forma de produzir riqueza é agregando valor a um produto ou serviço. É fato incontestável que a riqueza oriunda de operações de valor agregado depende do preparo das pessoas agregando valor. A riqueza das nações, portanto, está intimamente ligada à habilidade de sua força de trabalho.

Em termos de recursos naturais, por exemplo, o Japão e a Coreia são países pobres. Sua riqueza origina-se da qualidade de seu sistema educacional, que produz uma população altamente qualificada. Num mundo em rápida transformação, em que ninguém tem conhecimento perfeito das qualificações necessárias em futuro próximo, a capacidade para treinar a população é de fundamental importância.

Pouco estudo

Dados recentes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) indicam que, na média, os trabalhadores brasileiros possuem 6,1 anos de estudo. Tal escolaridade é muito inferior à dos trabalhadores de outros países da região, como o Chile (10,4 anos) ou o México (9,5 anos). As nações desenvolvidas estão comprometidas com o treinamento permanente de sua força de trabalho, um compromisso que, infelizmente, ainda não existe no Brasil.

O fraco desempenho brasileiro em educação e desenvolvimento humano (veja Tabela 1 no interior do Caderno) tem vínculo direto com a distribuição muito injusta de riqueza. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1998) mostra a seguinte repartição: 13,8% da riqueza nacional para os 50% mais pobres da população; 47,2% para os 10% mais ricos da população.

É importante mencionar tais números, porque nenhuma análise séria do ensino superior, ou uma previsão sobre o futuro da universidade, pode ser efetuada sem a devida consideração da estrutura social do Brasil, refletida por exemplo pela posição do país no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os dados também ajudarão a entender o papel (e a responsabilidade) das universidades brasileiras no treinamento de professores para os níveis primário e secundário em todo o país.

(Continua nas páginas 2, 3 e 4)



Número de brasileiros no ensino superior desaponta

Em 1999, o sistema incorporou 750 mil universitários frente a uma demanda de 3,3 milhões de candidatos

Um aspecto evidente nos dados da Tabela 1 (veja nesta página) é o baixo número de matrículas no ensino superior no Brasil, fato que causa desapontamento para a mais forte economia da América Latina, com um PIB comparável ou superior ao de muitos países europeus. O pequeno número de matrículas não é necessariamente uma conseqüência de uma pequena demanda. Em 1999, o sistema incorporava 750.000 estudantes dentre uma demanda de 3.354.790 candidatos. Deve ser enfatizado que, considerando-se a população na faixa etária dos 18 aos 24 anos, há diferentes proporções de matrículas em diferentes regiões do Brasil; a mais alta proporção, próxima de 16%, corresponde ao Estado de São Paulo.

A Tabela 2 compara a população, o PIB anual/capita e a matrícula em educação superior pública e privada no Brasil, de modo geral, nas regiões Nordeste e Sudeste, e no Estado de São Paulo, o mais rico da Federação. A primeira coluna mostra a população (1996) e o PIB anual/capita (1998), para pessoas vivendo em diferentes locais. É visível que a renda e a matrícula no ensino superior estão distribuídos de forma desigual. A quantidade de matrículas segue estritamente a riqueza da região ou do estado.

Na mesma Tabela 2, as segunda e terceira colunas discriminam a contribuição de instituições públicas e privadas no ensino superior. Pode ser visto que: a) A contribuição de instituições privadas é dominante no Brasil; e b) A contribuição relativa de instituições privadas em estudos superiores é diretamente proporcional à riqueza da região. Em São Paulo, as instituições privadas respondem por 84% das matrículas, fato que constitui uma fonte de preocupação para nossas universidades públicas.

A primeira questão que vem à mente é: *por que?* São Paulo possui todas as condições para desenvolver um sólido sistema de educação pública. Por que isso não ocorreu? A preocupação cresce quando consideramos o

número de matrículas nas três universidades paulistas, que incorporam 18.000 novos estudantes a cada ano, para uma demanda que ultrapassa 200.000 pessoas.

Investimentos

Pode ser argumentado que a fragilidade da educação no Brasil decorre de um financiamento deficiente. Os dados da Tabela 3, porém, indicam que nosso investimento em educação pública não é inferior a de outros países (a média mundial é de 4,9%). Pelo contrário, com exceção do Canadá, o Brasil é o que concede maior apoio à educação, em termos de porcentagem do PIB, entre as nações incluídas na comparação. Neste caso, e considerando os desempenhos educacionais relativos dos países selecionados, seguem duas questões:

1) É verdade que o Brasil gasta mais de 5% de seu PIB em educação? Há um debate sobre o tema, com argumentos sugerindo que os fundos efetivamente gastos na área são inferiores àqueles apresentados na Tabela 3. De qualquer forma, é evidente que investimos uma quantia pelo menos comparável às dos outros países da região.

2) A segunda consideração refere-se à eficiência do sistema educacional. Pelas Tabelas 1 e 3, pode ser argumentado que o Chile, por exemplo, possui um sistema eficiente porque, entre nações em desenvolvimento, apresenta um bom desempenho educacional global, confirmado também por sua posição relativamente boa no IDH (veja Tabela 1). É claro que não devemos embarcar nesta discussão de forma tão superficial: estamos certos que outros aspectos básicos devem ser considerados. No entanto, a análise do desempenho educacional de outros países é obrigatória para o Brasil.

Discussão

Não devemos mais adiar uma discussão profunda e abrangente sobre nossas práticas educacionais. Com honestidade e coragem, temos que admitir nossos erros passados e planejar formas de corrigi-los. A ineficiência está bastante relacionada com o desempenho sofrível do sistema educacional brasileiro.

Em outras palavras, a questão que permanece e constitui um dos importantes desafios para o século 21 é: *como melhorar o uso dos fundos públicos alocados à educação?* É certamente uma questão complexa, envolvendo aspectos da estrutura cultural, social e econômica do país. Mas ousamos apontar algumas medidas que podem contribuir para aperfeiçoar o desempenho global da educação terciária do Brasil nas próximas décadas.

TABELA 1 – Dados educacionais do Brasil e alguns outros países selecionados

País	População (x 10 ⁶) [⊗]	Ensino Médio (1995) [⊘]	Ensino Superior (1995) [⊙]	Posição no IDH (2000) [*]
Brasil	165,85	45	11,3	79
Argentina	36,12	77	36,2	39
Chile	14,82	69	28,2	34
México	95,83	58	14,3	50
Índia	982,22	49	6,4	132
Coreia do Sul	46,11	101	52	30
Canadá	30,56	106	102,9	1

⊗ Fonte: Nações Unidas, *Revisão das Estimativas da População Mundial, 1998*.
 ⊘, ⊙ Proporções gerais de matrícula: n° total de matrícula no ensino médio (⊘) e superior (⊙) independente de idade, expresso como uma porcentagem da população nos grupos de idade de estudos secundários e terciários, respectivamente. Fonte: *Relatório de Educação Mundial 1998*, Unesco.
 * Fonte: *Indicadores de Desenvolvimento Humano*, UNDP, N.Y., 2000.

TABELA 2 – Estrutura do ensino superior (graduação) no Brasil

	População ^a	Inst. Pública ^b	Inst. Privada ^b	Total de Terciários ^c
BRASIL	157.070.163 (R\$ 5.648/cap.)	832.022 (38%)	1.537.923 (68%)	2.369.945
Região Nordeste	44.766.851 (R\$ 2.603/cap.)	243.062 (68%)	114.773 (32%)	357.835
Região Sudeste	67.000.738 (R\$ 7.706/cap.)	293.431 (23,4%)	964.131 (76,6%)	1.257.562
Estado de São Paulo	34.119.110 (R\$ 9.183/cap.)	121.415 (16,4%)	618.698 (83,6%)	740.113

^a Fonte: IBGE, Brasil, 1996.
^b Fonte: Censo de 1999, Inep-MEC, Brasília 2000, Brasil.

TABELA 3 – Despesas Públicas com educação como uma fração do PIB (veja tabela 1)

Brasil	Argentina	Chile	México	Índia	Coreia do Sul	Canadá
5,2% (1995)	3,5% (1996)	3,1% (1996)	4,9% (1995)	3,4% (1995)	3,7% (1995)	7,0% (1994)

Fonte: *Anuário Estatístico*, Unesco (1998)

Tabela 4 – Oportunidades para o ensino superior no Brasil e no Estado de São Paulo

	Ensino médio concluído (1998)	Vagas em 1999 (públicas & privadas)	Candidatos (1999)	Candidatos/vagas
BRASIL	1.719.023	894.390	3.344.273	3,74
Região Nordeste	336.078	116.598	615.712	5,28
Região Sudeste	902.231	516.486	1.689.318	3,22
Estado de São Paulo (todas as instituições)	553.039	316.010	901.117	2,85
Estado de São Paulo: Univ. Pubs. Estadual	---	17.538 vagas	241.101	13,75

Fonte: Censo sobre o ensino superior, Inep-MEC, Brasília, Brasil 1999.

Tabela 5 – Despesa pública por estudante de educação terciária como uma porcentagem do PIB/capita de diferentes regiões do mundo e da Unicamp

Total no mundo (113 países)	EUA & Canadá	Europa Ocidental (16 países)	América Latina (18 países)	Unicamp
58,2%	23,9%	32,9%	27,2%	80%

Fonte: *Relatório Educacional Mundial*, Unesco (1998), Tabela 13, p.111, e Unicamp.

Ensino privado é negócio

Algumas avaliações sobre os dados da educação terciária no Estado de São Paulo aplicam-se a todo o país e comprovam que a grande maioria dos estudantes potenciais não encontra oportunidades educacionais. A Tabela 4 traz os dados de 1998/1999 referentes a:

- 1) pessoas que completaram o ensino médio em 1998;
- 2) o número de vagas oferecidas pelas instituições públicas e privadas no ano 1999, e pelas três universidades públicas estaduais do Estado de São Paulo (USP, Unesp e Unicamp);
- 3) o número de candidatos para estas vagas;
- 4) a proporção de candidatos/vagas em cada caso. A tabela indica que há uma enorme demanda

para o ensino superior no Brasil, ainda que seja reduzida a fração de brasileiros que completam o ensino secundário a cada ano.

O grande número de candidatos, muito maior que o de estudantes concluindo o ensino médio, deve-se a duas razões: a) a maioria deles inscreve-se em mais de uma instituição; e b) aqueles que foram mal-sucedidos no vestibular continuam concorrendo por, pelo menos, mais um ou dois anos.

Outro aspecto é que a relação candidatos/vagas é inversamente proporcional à riqueza da região. Isto é conseqüência da oferta muito maior de vagas do ensino privado em regiões ricas, cujas instituições são bem mais favorecidas que as de regiões pobres (veja Tabela 2). Em outras palavras, no Brasil, assim

como em muitos países do mundo, o ensino privado é um bom negócio.

Um terceiro ponto a destacar é que a relação candidatos/vagas altera-se bruscamente quando se considera as três universidades públicas estaduais do Estado de São Paulo, aumentando para quase 14. As razões são bem conhecidas; essas instituições oferecem as melhores oportunidades educacionais em graduação e pós-graduação, assim como em pesquisa acadêmica. As três respondem por quase 50% de todos os títulos de doutorado brasileiros concedidos em 1999.

Com base nos dados acima, conclui-se que a USP, a Unesp e a Unicamp, financiadas pelo governo paulista, são universidades altamente bem-sucedidas.

Os recursos (um percentual do ICMS) destinados às instituições chegam a quase US\$ 1,2 bilhão (ano de 2000), uma cifra expressiva em termos de financiamento universitário nos países em desenvolvimento. Este financiamento toma-se ainda maior se somados os fundos adicionais – equivalendo a aproximadamente 30% a 40% do orçamento – provenientes de agências de fomento estaduais e federais, de indústrias e da verba do sistema público de saúde.

Resumindo, as três universidades públicas paulistas são bem estruturadas e possuem ótimos padrões educacionais e de pesquisa, comprovados pelas frequentes avaliações realizadas pelo Ministério da Educação.

USP, Unesp e Unicamp absorvem somente 3% dos secundaristas

O grande desafio do novo século é aumentar em muitas vezes o número de vagas nas universidades públicas

O sistema adotado pelo Estado de São Paulo para universidades públicas tem uma séria limitação: não pode ser universalizado para incluir as demandas de um ensino superior menos excludente, próprio de uma sociedade moderna. *Esta limitação do modelo é o grande desafio do século para São Paulo e o Brasil.*

Os estudantes admitidos anualmente pela USP, Unesp e Unicamp constituem uma parte diminuta, aproximadamente 3%, dos que terminam os estudos secundários no Estado. Existem duas outras universidades federais públicas no território paulista, ambas também de boa qualidade e de pequeno porte, sendo que a soma de suas vagas não altera, de forma sensível, a insignificância do número acima.

A política educacional terciária da maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento favorece o treinamento de estudantes em instituições públicas. Os dados indicam que esta política não predomina no Estado de São Paulo, embora uma parte considerável de políticos e acadêmicos acredite que o Brasil deveria ter uma política educacional que favorecesse as universidades públicas. Esta análise nos leva a pensar que o mais importante desafio do ensino superior, no início do século XXI, é aumentar consideravelmente (muitas vezes) os níveis atuais de vagas em universidades públicas. A questão que permanece é: como?

À primeira impressão, a resposta poderia ser a criação de 10 ou 20 outras universidades públicas, similares às universidades bem-sucedidas. Mas um cálculo matemático simples indica a impossibilidade de multiplicar o sistema existente, pois seria extremamente difícil garantir seu apoio financeiro por meio de fundos públicos do Governo do Estado. Este Governo, e a sociedade de forma geral, tem compromissos financeiros, não somente com outras importantes áreas sociais, mas também com outras necessidades edu-



cacionais que requerem atenção substantiva.

Diminuição dos custos

Pensemos sobre o problema do aumento de vagas mediante algumas informações complementares. A Tabela 5 mostra o custo da educação terciária, calculada como uma porcentagem do PIB/capita de diferentes países ou regiões do mundo. A tabela inclui a nossa própria estimativa do custo de um estudante de graduação da Unicamp, em termos do PIB/capita do Estado de São Paulo. Nosso cálculo não considera o gasto com funcionários aposentados nem os investimentos no sistema de saúde. Além disso, os fundos recebidos, por nossa Universidade, de agências financeiras federais e estaduais que mantêm os cursos de pós-graduação e as atividades de pesquisa foram excluídos do cálculo.

Na opinião dos autores, o custo da educação terciária deve estar vinculado à riqueza do país ou da região. Os números da Tabela 5 sugerem que

um sistema público de educação terciária, que inclua uma fração considerável dos candidatos egressos do 2º grau, deveria ter um custo por estudante que não excedesse 30 a 40% do PIB/capita. No caso paulista, um planejamento a longo prazo poderia considerar alternativas diferentes e adequadas para o sistema existente.

Turma de 500

Alguns países tratam da questão aceitando um grande número de alunos em suas universidades públicas, como a Universidade de Buenos Aires, na Argentina. Essas grandes instituições, mesmo que reduzindo o custo de educação por estudante, não estão livres de problemas administrativos. Para enfrentar a dificuldade desses grandes números, elas adotam uma abordagem pedagógica diferente, em que, ao invés de aulas dadas para pequenos grupos, digamos 40 ou 50 alunos, professores experientes ensinam a aproximadamente 500 alunos, em grandes salas ou

anfiteatros. Os assistentes desses professores cuidam das aulas práticas, dos laboratórios, das respostas a dúvidas, etc.

Este sistema também é adotado em alguns países europeus. Por exemplo, depois dos acontecimentos que sacudiram a França em 1968, a Universidade de Paris foi dividida em diversas pequenas unidades, tendo algum tipo de especialização. Em tais instituições parisienses, a média é de 27 estudantes por professor. As aulas em Paris-Sorbonne são dadas em anfiteatros que podem acomodar de 200 a 500 alunos.

Nas universidades públicas de São Paulo, em comparação, a relação é da ordem de 12 estudantes/professor. Um fator que aumenta o custo do nosso sistema público é a necessidade de um número grande de professores. A quantidade de funcionários que dão apoio às atividades administrativas e acadêmicas também deveria ser revista, pois é considerada excessiva por alguns especialistas.

Uma fórmula para multiplicar o número de vagas por três

As admissões em nossas instituições públicas também poderiam ser ampliadas com uma revisão adequada dos currículos de graduação. Em São Paulo, e provavelmente no Brasil, a tendência tem sido sempre a preferência por currículos densos, em termos de tópicos e temas de aula. Para um estudante comum, os currículos requerem uma média de 20 horas/semana de presença compulsória em sala de aula.

O excesso de disciplinas na graduação tem se originado parcialmente de um certo tradicionalismo e de previsões das necessidades para mercados de trabalho futuros. Na realidade, nós não sabemos o que os mercados irão requerer no prazo de uma década, mas criamos currículos como se conhecêssemos isso em todos os detalhes.

A densidade dos currículos também exige quadro amplo de professores. Além disso, dificulta o engajamento dos estudantes em trabalhos práticos de profundidade, baseados nos conceitos

desenvolvidos durante as horas de aula em classe. Reconhecidamente, o aprendizado é um processo que não se dá somente por meio de um professor conversando com a classe e escrevendo no quadro.

Uma observação não menos importante é que currículos densos evitam qualquer incursão intelectual nas áreas que não sejam as especialidades selecionadas. Como consequência, os estudantes não exploram o rico contexto acadêmico oferecido pela universidade e permanecem presos a seus próprios currículos especializados. Esta situação não contribui para treinar os cidadãos que o país requer visando ações sociais futuras.

Uma análise crítica do conteúdo atual dos currículos aconselharia conceder: a) mais tempo para os estudantes se auto-desenvolverem; e b) menos horas de aula em classe. Os professores disponíveis poderiam, então, ensinar uma população maior de alunos. Dessa forma, seria possível multiplicar as vagas em universidades públicas de São Paulo por, no mínimo, um fator de três.

Ciclos básicos – O sistema de entrada nas universidades públicas em São Paulo também precisa ser aprimorado. O aluno atualmente é obrigado a escolher sua carreira antes de entrar na universidade, sendo praticamente impossível qualquer alteração posterior. Em outras palavras, espera-se que ele decida, aos 17 ou 18 anos de idade, o que quer ser no resto de sua vida.

A existência de ciclos básicos em grandes áreas, como ciências puras e tecnologia, humanidades e ciências sociais, estudos biomédicos, etc., com um ou dois anos de duração, permitiria que os estudantes se tornassem conhecedores dos vários aspectos da atividade acadêmica no setor escolhido. Isto resultaria em uma opção mais madura e, conseqüentemente, uma diminuição das desistências.

Inscrições excedentes nestes ciclos básicos poderiam auxiliar na melhoria da eficiência global do sistema educacional. Deveriam ser conferidos diplomas para estudos intermediários a pessoas que

tiverem completado um mínimo de créditos.

Os cursinhos – É interessante comentar, neste ponto, um problema adicional que prevalece em nosso atual sistema. A dificuldade de se entrar em uma das três prestigiosas universidades públicas paulistas tem favorecido, no decorrer dos anos, o aparecimento de um considerável número de instituições oferecendo um treinamento especial para o vestibular (os cursinhos).

Para os padrões brasileiros, os cursinhos são particularmente caros e acessíveis somente àqueles de famílias ricas ou de classe média alta. Conforme o tempo passa, a competição é mais dura, a admissão é mais seletiva e a qualidade do treinamento prévio torna-se o fator decisivo na seleção do vestibular. Como decorrência, a entrada nessas universidades públicas tem-se tornado grandemente influenciada pela condição econômica do estudante, o que não é certamente um bom critério acadêmico.

Rede de escolas técnicas pode oferecer cursos superiores

Centro Paula Souza possui mais de 100 unidades em condições de integrar a educação terciária

Em São Paulo existe um sistema de ensino tecnológico, chamado Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS), que é difundido por todo o Estado. O sistema conta com 99 Escolas Técnicas e 9 Faculdades de Tecnologia, oferecendo treinamento a um amplo número de pessoas. Uma possibilidade que merece ser explorada é a inclusão do CEETPS no sistema público de educação terciária.

Estas instituições poderiam, após aprimoramento adequado, oferecer cursos de curta duração, até dois anos, atendendo a uma necessidade do atual sistema educacional. É muito importante para um estado industrial como São Paulo, treinar sua força de trabalho para a habilitação requerida por processos de manufatura de sofisticação crescente. Sobretudo, a presença capilar do CEETPS no Estado de São Paulo seria um importante fator de democratização de oportunidades.

É apropriada, neste ponto, a referência a uma experiência educacional de um país vizinho. No final dos anos 40, a falta de trabalhadores técnicos e habilitados foi um dos mais importantes problemas na Argentina. Um dos primeiros passos para solucionar esta carência foi a criação de um programa de aprendizado para treinar trabalhadores.

Em agosto de 1948, surgiu a Universidade Nacional de Trabalhadores, como uma instituição de nível terciário. Naquela época, o título era de engenheiro de manufatura e, o objetivo, iniciar o treinamento intensivo de trabalhadores, qualificando-os para atender às necessidades da indústria emergente. O requisito para a admissão na universidade era que os candidatos estivessem trabalhando em uma atividade relacionada, de alguma forma, ao diploma que desejavam obter.

A instituição ganhou um novo nome, Universidade Tecnológica Nacional, em 1959. Atualmente, oferece 15 cursos técnicos e de engenharia em 21 faculdades regionais e 8 unidades acadêmicas por todo o país. Ao todo, são mais de 70.000 estudantes. Note-se que as aulas ocorrem após às 18 horas e aos sábados.

Um sistema como este da Argentina poderia ser interessante para o Estado de São Paulo e o Brasil. As unidades educacionais devem ser localizadas onde a população de trabalhadores seja densa. Instituições desse tipo existiram na Europa por muitas décadas. Para uma economia moderna, o desenvolvimento da educação técnica para o mundo do trabalho é certamente parte do desafio do século 21.

Sul-Norte

A atual política para o treinamento avançado de recursos humanos, nos

países da América Latina em geral e no Brasil em particular, tem sido enviar jovens estudantes a laboratórios e universidades do primeiro mundo, nos quais eles recebem instrução especializada visando títulos acadêmicos. A experiência mostra que esta política tem vantagens e desvantagens. Os benefícios são óbvios. O treinamento acadêmico avançado é garantido por meio do conhecimento de equipamento sofisticado e a interação com professores e pesquisadores experientes. Entre as desvantagens está a fuga de cérebros, porque uma parte dos treinados nunca retorna ao país de origem. A fuga tem-se agravado claramente em anos recentes, com a globalização da economia.

Há uma outra desvantagem, sutil. Não é evidente que o treinamento específico recebido por jovens estudantes corresponda ao que eles necessitarão para trabalharem em seus próprios países. O esquema normal para treinamento é a incorporação dos que lá chegam a uma força-tarefa já existente. Geralmente, esses grupos têm programas de pesquisa que operam na vanguarda da ciência e tecnologia. Tal experiência contribui para o futuro pessoal do treinado, mas desconsidera, em geral, o quadro de necessidades e o tipo de pesquisa requerida no país de origem. Outros alunos, quando retornam para casa, tentam reproduzir os projetos de pesquisa nos quais estiveram envolvido no exterior. Tais esforços raramente são bem sucedidos no contexto de país em desenvolvimento.

Sul-Sul

Bolsas de estudos e auxílios-viagem para uma cooperação “Sul-Sul” são especialmente importantes. O treinamento de pessoas em suas próprias regiões é muito menos oneroso e, em muitos casos, mais produtivo do que enviá-las a laboratórios do primeiro mundo. Além disso, a cooperação Sul-Sul abre a possibilidade de capacitar pessoas que não estejam incluídas em programas de intercâmbio acadêmico. Técnicos, estudantes de graduação e aqueles que não têm conhecimento de línguas estrangeiras estão entre os beneficiados.

No caso do Estado de São Paulo, o Mercosul – que inclui Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, quem sabe, Chile e Bolívia em futuro próximo – oferece uma oportunidade única para tal iniciativa. As universidades, particularmente as públicas, deveriam desenvolver políticas para favorecer intercâmbios na região, em todos os níveis. Neste sentido, pode ser interessante, para ações futuras ou discussões como a aqui proposta, considerar uma participação mais ampla de universidades da região.

Conclusões

Resumindo, para garantir um futuro com dignidade para os jovens brasileiros nas próximas décadas, autoridades e tomadores de decisões devem abraçar a causa educacional e oferecer oportunidades verdadeiras para o progresso social da vasta maioria da população. Permanecer na política educacional do presente (e passado) significa a rejeição de um melhor futuro para o país e o fortalecimento da segregação social que tem caracterizado a história brasileira no último século. Apresentamos, assim, as conclusões deste trabalho:

a) Os dados aqui apresentados mostram que é obrigatório e fundamental ampliar o ingresso de jovens brasileiros no ensino médio e superior. Em futuro próximo devem ser desenvolvidos mecanismos para seu aperfeiçoamento.

b) A oferta de vagas para o ensino superior no Brasil varia fortemente de região a região, estando diretamente relacionada com o perfil econômico da população. Instituições privadas no Estado de São Paulo oferecem 83,6% do total de vagas.

c) Em São Paulo, o financiamento insuficiente não é a única razão para o pequeno número de matrículas no ensino superior. Um estudo profundo poderia considerar outras formas de superar o problema: novos sistemas pedagógicos, o aprimoramento e a incorporação de instituições já existentes, além da criação de novas instituições de ensino superior com objetivos complementares. Foi observada a necessidade de um sistema mais flexível, com ênfase em novas carreiras de curta duração.

d) A USP, a Unesp e a Unicamp são universidades muito bem-sucedidas em termos de educação e pesquisa. Suas atividades são bem estruturadas e financiadas por agentes estaduais e federais. De qualquer forma, os dados mostram que este sistema não pode ser multiplicado para atingir o nível menos excludente requerido por uma sociedade moderna.

e) É recomendada a criação de ciclos básicos em grandes áreas de conhecimento, nos quais existiriam algumas matrículas excedentes. Devem ser concedidos diplomas nos estágios intermediários de conhecimento.

f) Além de uma formação sólida nas diferentes especialidades, as universidades devem visar a criação de mecanismos que facilitem o trânsito de estudantes entre diferentes áreas do conhecimento. O ensino superior deve contribuir para o desenvolvimento de cidadãos socialmente responsáveis, necessários à construção do futuro de nosso País.

g) Foi proposta a criação de novos mecanismos para um elevado intercâmbio Sul-Sul, em benefício de todos os países da região.

Ficou enfatizado que, com o objetivo de alterar as tendências histórico-sócio-econômicas da sociedade brasileira, é absolutamente necessário oferecer oportunidades educacionais e treinamento de trabalho para todas as classes sociais. Todos os recursos humanos disponíveis devem ser mobilizados para garantir que os jovens brasileiros tenham chances decentes de desenvolvimento.

As universidades, particularmente as públicas, têm uma grande contribuição a fazer nesta direção, não somente treinando os profissionais que a sociedade requer, mas também envidando esforços para capacitar centenas de professores e mestres, tão necessários à execução exitosa de um programa educacional para o País.

Finalmente, uma palavra de precaução às autoridades que trabalham na longa, paciente e difícil tarefa de construir um sistema educacional de ensino superior: lembremos sempre que as universidades públicas precisam ser autônomas, mas não autísticas; livres, mas não alienadas. Nosso país, que tem permitido tão grandes injustiças sociais e tão importantes diferenças regionais, deve trabalhar arduamente para eliminá-las, construindo um futuro melhor.



Referências e bibliografia

Unicamp, *Anuário Estatístico 2000*, SP, Brasil.
 Unesco, *Anuário Estatístico 1998*, Paris, França. (em inglês)
 Unesco, *Relatório Educacional Mundial 1998*, Paris, França. (em inglês)
 Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, *Indicadores de Desenvolvimento Humano 2000*, NY, EUA. (em inglês)
 OECD, *Education at a Glance 2000*, Paris, França.
 Ministério da Educação-Inep, *Censo 1999*, Brasília, Brasil.
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Dados de censo*, Brasília, Brasil.
 Ministério de Educação, Pesquisa e Tecnologia, *1998/99 Anuário Estatístico*

sobre o Ensino Superior, Paris, França (em francês).

Ministério de Cultura e Educação, *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior 1999*, Buenos Aires, Argentina (em espanhol).

Ciência e exclusão social, I. Chambouleyron, *Folha de São Paulo*, 8 de novembro de 2000.

Diminuindo a exclusão social no ensino superior, H. Tavares, *Folha de São Paulo*, 4 de fevereiro de 2001.

A questão do aumento de admissões na Unicamp, A. Vercesi, D. J. Hogan, I. Chambouleyron, J. M. Martínez, J. R. França Arruda, O. L. Alves, P. Arruda e R. Hoffmann, *Jornal da Unicamp*, novembro de 2000.